

De mensageira para *Mensageira*: vozes e olhares femininos do século XXI em direção ao XIX¹

Raquel de JESUS²

Graduanda

Marialva BARBOSA³

Doutora

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Impressões de um tempo distante e completamente diferente foram o cerne reflexivo deste trabalho, que lança olhares de uma mensageira eventual – a aluna da graduação em jornalismo da Escola de Comunicação da UFRJ – em direção a *Mensageira* do século XIX, ou seja, o jornal que, com esse título, pretendia ser um espaço de ampliação dos anseios de algumas mulheres, constituindo-se porta-voz das suas eventuais leitoras. Além disso, procuramos compreender de quais formas a revista corroborou para a amplificação de vozes femininas no espaço público, com suas propostas de emancipação das mulheres na educação e como essa imprensa feminina abriu espaço para outras discussões no âmbito político, a exemplo do voto. Nosso objetivo primordial é observar resistências criadas por meio da imprensa na sociedade estruturalmente patriarcal do século XIX.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; Imprensa Feminina; A Mensageira; História Cultural.

Introdução

O presente trabalho foi realizado no contexto da disciplina “Laboratório de pesquisa: tramas da pesquisa em acervos digitais”, com sua construção apoiada em ferramentas digitais facilitadoras como a Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, e a Biblioteca Digital da USP. A proposta teórica é analisar a revista *A Mensageira*, fundada pela poetisa Presciliana Duarte de Almeida, no ano de 1897.⁴ A proposição da pesquisa é a busca das contribuições da revista para a formação da nascente imprensa feminina, de que maneira suas pautas, distribuição e atuação na sociedade do século XIX proporcionaram

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia, e candidato ao 6º Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia.

² Graduanda do curso de Jornalismo, terceiro período, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: raquel.figueiredo@discente.eco.ufrj.br.

³ Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: marialva153@gmail.com.

⁴ As informações sobre a editora de *A Mensageira*, bem como outras informações factuais foram recolhidas em De Luca (1999) e Blog da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

uma ampliação emancipadora das vozes de mulheres, com o pano de fundo de um século eminentemente patriarcal.

O objeto de pesquisa é analisado pela ótica da História Cultural, campo historiográfico que considera aptos para estudo objetos culturais geralmente não reconhecidos por provirem de grupos minoritários (entrando aqui também a minoria de mulheres escritoras) ou que não fazem parte do conjunto predeterminado pela elite de obras-primas, na abordagem de Roger Chartier (BARROS, 2005). Ao se escolher essa perspectiva, busca-se logo de início quebrar as recorrentes análises do século XIX em que, geralmente, a mulher é colocada como sujeito passivo, não produtora de seus próprios discursos e questionamentos. Além dos textos literários e não-literários de autoras mulheres caírem injustamente no esquecimento da História.

Desta forma, a atuação de Presciliana enquanto autora, poetisa e editora do jornal é crucial para se entender de quais maneiras a imprensa feminina buscava transpassar barreiras para que sua voz fosse, finalmente, ouvida. De maneira a demonstrar como era possível a mulher produzir poesias, contos, pensamentos críticos, a partir de sua própria realidade.

Feministas de seu tempo, as mulheres participantes da elaboração da revista eram defensoras das letras, da intelectualidade igualitária e, principalmente, do projeto de nação positivista dominante e difundido com o ideal da República. *A Mensageira* nasce no momento exato em que poderá participar da vida pública através da imprensa escrita, ao reverenciar os valores estabelecidos pela nova ordem política. Sendo defensora ferrenha da família e da religião católica, a revista busca conciliar essas duas visões: ora mais progressista, questionando e trazendo a emancipação feminina para a discussão, ora trazendo uma perspectiva desses avanços coexistindo com a tradição (casamento, religião e educação, por exemplo).

Como uma estudante de graduação iniciando o terceiro período de jornalismo, somente após minha entrada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro que me deparei com algo que me tiraria o sono e se tornaria meu tema de pesquisa mais caro: mulheres na imprensa do século XIX. Porém, foi após fazer o minicurso oferecido pela Universidade Federal do Paraná – “Mulheres à frente do seu tempo: personalidades de destaque na literatura oitocentista” –, que me deparei com diversos nomes, como o de Presciliana, que não constavam nos meus livros de História da escola. Essa descoberta, esse estranhamento com um passado de jornalistas escondidas no Arquivo

Nacional, distantes do mundo contemporâneo, mas tão próximas do espírito de sua época, me fez começar a investigar os resquícios.

Esse esquecimento dos nomes é revelador em diversos sentidos, seja por um apagamento proposital nos campos em que se encontram contidos os objetos e objetivos da revista, *A Mensageira* em questão, seja por uma abordagem machista do que é celebrado como obra prima e história tradicional. Mas existem vozes que se ergueram para falar, para divulgar ideias de transformação através da escrita. Por isso, suas consequências são recebidas até hoje por meio de sua luta no ringue do discurso e do poder. Elas chegaram até mim: suas propostas, lágrimas, sorrisos, dedicação, sensações e proposições estão para sempre marcadas na minha vida de leitora, como pesquisadora e como eterna admiradora da força contida na intenção das palavras. Pela ruptura inicial em se levantar, escrever, dizer ao mundo o que pensam estar errado. E, assim, me proponho a ser uma mensageira da *Mensageira*.

Nesse sentido, é preciso perceber que, no final do século XIX, temos um feminismo majoritariamente branco, de classes abastadas, com ideais republicanos como pano de fundo e pouquíssimo envolvimento com movimentos sociais. Evidentemente, também as questões femininas que se relacionavam aos grupos populares, das mulheres pobres e negras, não eram sequer aventadas, num momento em que a abolição da escravidão ocorrera há menos de duas décadas.

Dado o horizonte de questões que podem ser levantadas por este artigo, é preciso ter o cuidado para não refletir sobre objetos materiais do passado adotando uma postura preconceituosa e anacrônica. Busca-se, então, entender sob a ótica da história como o tempo evidenciado, através da revista *A Mensageira*, e responder aos questionamentos levantados estabelecendo uma relação dialética.

Breve olhar sobre o século XIX e a questão feminina

No final do século XIX, o Brasil estava dando seus primeiros passos rumo a uma República Federativa, com a forte presença dos pensadores do Iluminismo, no imaginário da elite, guiando o bastião da bandeira e embasando os ideais de nação que surgiam. Recém-saído de um regime monarquista, o país precisava garantir amplamente a busca pelo ideal comum entre os brasileiros, então foi através da ideologia burguesa – consolidada na Europa após a Revolução Industrial e o surgimento das classes médias, que se deu a supremacia da família como um dos pilares mantenedores dos processos econômicos e

políticos vigentes. Essa percepção é comum também a autores que refletem sobre a questão feminina.

O mesmo século foi marcado por inúmeras transformações na sociedade brasileira, podemos apontar, entre essas, a valorização do modelo de família burguesa, símbolo de modernidade e de civilização, onde a intimidade e o privado eram valorizados e o universo familiar restringia-se ao marido, esposa e filhos (DE SOUZA, 2012, p. 3).

Contudo, não houve uma transformação das estruturas patriarcais herdadas do século anterior, muito pelo contrário. Mulheres abastadas exercendo profissão era visto como tabu, ainda que fosse comum para mulheres de classes menos abastadas. Delineando essa divisão entre o que era aceito, dependendo da condição social e econômica das mulheres de diferentes grupos, é possível entender os pontos de divergência. As mulheres da elite, grupo que compunha o projeto nacionalista em vigor principalmente no findar do século XIX, eram preparadas desde seu nascimento para cumprirem seus papéis no ambiente do lar, parte vital da família tradicional burguesa. Esse núcleo familiar constituído por papéis bem definidos era um dos pilares formadores do capitalismo, acumulando posses e bens (DE LUCA, 1999).

O instrumento usado para manter essa estrutura funcionando eram as modestas atividades sociais propostas às mulheres, podendo ser uma reunião com outras mulheres, geralmente pertencentes à sua própria classe social, ou algum evento de maior porte no qual só poderia ir com a companhia de seu marido. “Os conhecimentos assim transmitidos reduziam-se, quase sempre, a uma instrução “ornamental” que, em detrimento de uma formação intelectual mais sólida, privilegiava preceitos de civilidade e cortesia, capazes de formar ‘boas esposas’ e anfitriãs” (DE LUCA, 1999, p. 116), além das obrigações sempre presentes na administração do lar e criação dos filhos.

A história do feminismo no Brasil destaca invariavelmente a atuação da escritora e educadora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885). Nísia é a autora do livro *O Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens* (1832), com o qual iniciou a discussão sobre a educação formal para mulheres. Sua defesa se dava no sentido de que somente através da educação as mulheres poderiam se emancipar, trazendo ainda mais benefícios à sociedade quando unida à religião e ao casamento, ideais esses baseados principalmente na literatura positivista de Auguste Comte.

Assim, mesmo não fazendo parte da esfera pública de maneira a acessá-la ou controlar suas repercussões, algumas mulheres participaram da imprensa, criando jornais destinados a outras mulheres e, seguindo assim, pouco a pouco, os caminhos contrários aos que eram direcionados a elas. E isso mesmo num tempo em que, para o restante da sociedade, mulheres escritoras eram consideradas degeneradas, grafomaniacas e usurpadoras das prerrogativas do sexo masculino (DE LUCA, 1999).

Reforçando que a mudança na mentalidade social ocorre na longa duração, Cássia de Souza (2012) afirma que as jornalistas feministas do século XIX tiveram um importante papel neste cenário de limitações.

É importante compreender que toda mudança na mentalidade social ocorre numa perspectiva de longa duração assim como preconizado por Nobert Elias, quando o mesmo entende a história como um processo não planejado, mas vivenciado. As jornalistas feministas do século XIX deram um passo em rumo à conquista do espaço público, representando um embrião para as lutas feministas (DE SOUZA, 2012, p. 22).

A imprensa feminina, ao procurar defender valores contrários ao pensamento dominante, além de denunciar diversas vezes o autoritarismo masculino frente aos locais ocupados na sociedade, faz surgir um embrião de luta. Assim, mesmo que aos olhos de hoje as reivindicações e bandeiras de luta inseridas nos periódicos femininos pareçam insignificantes, esses discursos abordavam questões importantes para a participação das mulheres no espaço público.

Receber educação formal completa e ter direito ao voto, reivindicações mais recorrentes por aqueles dias, era um direito a ser conquistado e que aproximava as mulheres do universo masculino, criando brechas para exercer sua cidadania e, sobretudo, para ter acesso a um mundo mais amplo. Afinal, ampliar os limites de seu conhecimento, graças à educação, e da sua participação na sociedade, por meio do voto, era, de fato, estar presente de maneira atuante no mundo do século XIX.

A mensagem deixada por *A Mensageira*: uma história não contada

No dia 15 de outubro de 1897 nascia, em São Paulo, a revista *A Mensageira*. Com o subtítulo “Revista literária dedicada à mulher brasileira” já anunciava a quem se destinava e o que era dominante no seu conteúdo. Queria ser um periódico destinado a uma mulher leitora, que tivesse ou gostasse dos pendores literários. A escrita literária de maneira ampla seria, então, seu principal conteúdo. Idealizada pela escritora Presciliana Duarte de Almeida

(1867-1944), a revista objetivava compartilhar produções e realizações femininas para a elite intelectual brasileira. *A Mensageira* circulou entre 15 de outubro de 1897 e 15 de janeiro de 1900, inserida em um momento efervescente do Brasil, com o desenvolvimento dos centros urbanos e a ampliação dos valores republicanos. Além disso, as colaborações feitas por outras escritoras eram assinadas, não anônimas, como era comum até então. No seu primeiro número é apresentado o seu propósito:⁵

Estabelecer entre as brasileiras uma simpatia espiritual, pela comunhão das mesmas idéias, levando-lhes de quinze em quinze dias, ao remansoso do lar, algum pensamento novo -- sonho de poeta ou fruto de observação acurada, eis o fim que, modestamente, propomos (*A Mensageira*, 15/10/1897, p. 1).

Nessa mesma edição são citados outros motivos que levaram à publicação de *A Mensageira*, dentre eles, levar ao público leitor exemplos de mulheres rompendo barreiras da academia. Um exemplo citado é o de Ermelinda Lopes de Vasconcelos, também conhecida como Doutora Ermelinda de Sá,⁶ a segunda médica formada no Brasil e a primeira do Rio de Janeiro, elogiada grandemente no “Duas Palavras”, coluna de abertura da revista. Ao declarar seu apoio às mulheres entrando nos campos intelectuais ocupados majoritariamente por homens, principalmente no contexto da família burguesa ganhando destaque nas relações sócio econômicas, a revista adota uma postura de ruptura e não mede esforços ao dirigir críticas ao *status quo* patriarcal. Como observado no trecho: “O feminismo é a causa mais intuitivamente lógica e mais importante para o aperfeiçoamento e engrandecimento da humanidade, que o século XIX leva à solução do século XX” (*A Mensageira*, 15/01/1900, p. 239).

O jornalismo é um procedimento para causar estranhamento e naturalizar fenômenos.⁷ Por isso, a atuação indispensável de veículos de comunicação, tratando de determinados assuntos, a exemplo da emancipação feminina por meio do ensino formal. Entendemos, dessa forma, que “as jornalistas feministas do século XIX deram um passo em rumo à conquista do espaço público, representando um embrião para as lutas feministas” (DE SOUZA, 2012, p. 22).

⁵ A grafia foi atualizada para o padrão contemporâneo para facilitar a leitura. Repetiremos a ação nas demais citações, quando necessário.

⁶ Em outro momento, Maria Clara da Cunha Santos dedica o conto “Abnegação!” presente na edição 26 da revista, à Doutora Ermelinda de Sá.

⁷ Fala do professor Alexandre Leitão durante a disciplina Pesquisa em Jornalismo ministrada em 2019, na UFRJ.

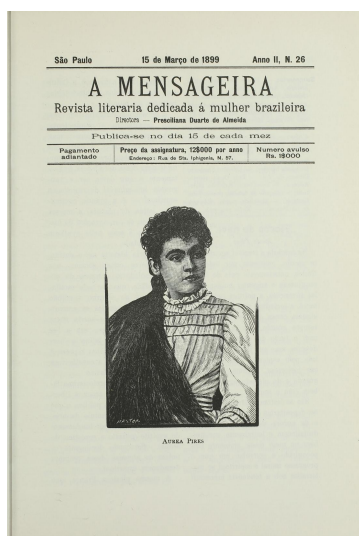
Em seu papel de um dos bastiões do ideário feminista, *A Mensageira* não somente apresenta a emancipação feminina na primeira página (onde estão localizados sempre os assuntos mais relevantes), na sua edição inaugural, como aceita a participação ativa de mulheres produzindo o conteúdo da revista, tornando-se um lugar comum para mentoria e acolhimento do talento dessas mulheres. Sua atuação foi de grande importância no estabelecimento da situação feminina na literatura no final do século XIX, por reunir diversas escritoras talentosas do Brasil em um único propósito.

Ao ganharem esse espaço para a publicação de seus escritos, as escritoras já estariam ultrapassando barreiras, quase intransponíveis, principalmente pela limitação encontrada acerca da literatura brasileira. Assim descreve Rosa Gautério (2015):

Tanto a literatura quanto a história têm dívidas com o jornalismo, porque a imprensa não só emprestou suas páginas para o nascimento da literatura nacional – e, nela, a literatura escrita por mulheres, que, infelizmente, ainda não é reconhecida pelo cânone, como também foi testemunha dos primeiros passos do movimento feminista mundial e da história sociopolítica do Brasil, transformando-se em um fenômeno de comunicação social (GAUTÉRIO, 2015, p. 134).

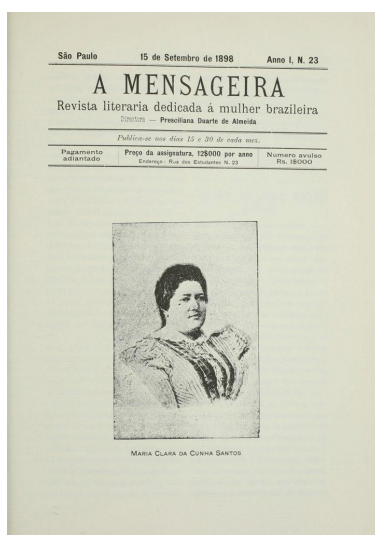
A presença de retratos das mulheres colaboradoras em algumas das primeiras capas da revista é também um importante avanço, porque além de corajosamente compartilharem seus nomes (correndo grande risco de sofrerem ataques diretos e calúnias), também estavam veiculando seus rostos. Suas identidades ali possuíam forma fixa, geralmente de feição firme decidida. Como se pode ver na capa em que a crítica de arte e poetisa colaboradora de muitas edições, Áurea Pires, é homenageada e também Maria Clara Cunha dos Santos, cronista, contista e colaboradora.

Figura 1: Retrato de Áurea Pires, colaboradora da revista.



Fonte: A Mensageira, 15/03/1899, p. 26 /Biblioteca Guita Brasiliana e José Mindlin.

Figura 2 Retrato de Maria Clara da Cunha Santos, colaboradora da revista.



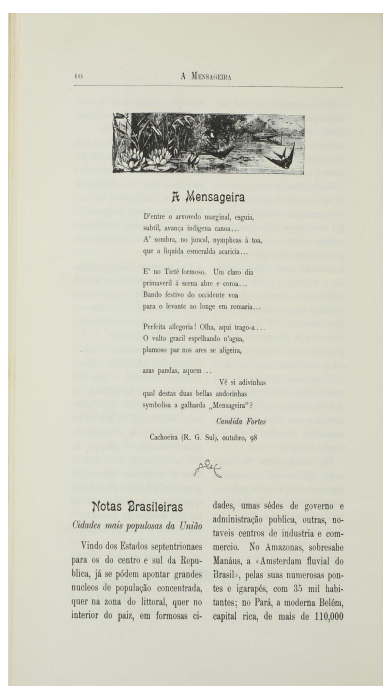
Fonte: A Mensageira, 15/09/1898, p. 353 / Biblioteca Guita Brasiliana e José Mindlin.

O conteúdo predominante da revista são as produções das próprias mulheres: poemas, crônicas, colunas de opinião e a publicação de eventos sociais relacionados às artes, estimulando o conhecimento e a exposição de seu lugar de intelectual, que não era reconhecido para aquela comunidade leitora/produtora. O que é uma prova da liberdade prometida na apresentação da revista “As que começam a manejar a pena, ensaiando o voo altivo, procurem aqui um ponto de apoio, sem o qual nenhum talento se manifesta” (*A Mensageira*, 15/10/1897, p. 2). Desde a primeira edição, enfatizam a mulher como sendo alguém que se situa além de um ser sensível, sendo também “uma criatura intelectual”.

Por enquanto, temos apreciado apenas a mulher como um ente sensível; agora, é preciso que a vejamos como também como uma criatura intelectual, -- pois é necessário que ela pense para que possa sentir mais nobremente (*A Mensageira*, 15/10/1897, p. 10).

Essa intelectualidade é reforçada ainda mais na escrita de poemas, presentes na coluna “A Mensageira”, assinada por autores diferentes a cada edição, com grande influência da escola literária do *parnasianismo*.⁸ Essas proximidades podem ser observadas na estética da revista como um todo, desenhos de aves voando, vinhas, flores, entre outros detalhes que trazem à memória elementos clássicos. Nota-se a busca por essa “perfeição” no fazer poético nesta colaboração de Candida Fortes:

Figura 3: Coluna “A Mensageira”, assinada por Candida Fortes.



Fonte: *A Mensageira*, 15/02/1899, p.10 / Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Em contrapartida, é possível notar na lista extensa de colaboradores da revista a participação masculina entre eles. Os ideais do periódico, dado seu contexto, estavam pautados no pensamento iluminista, principalmente no termo *igualdade* tão disseminado no século XVIII. E, assim, pode-se refletir que Presciliana, trazendo-os para a causa feminista com convívio igualitário no ambiente de trabalho, acreditava que isso pudesse refletir na sociedade, evidenciando mudanças e progresso. Assim, os homens incluídos nas edições eram concordantes do movimento emancipatórios das mulheres, apoiadores da causa.

⁸ Escola literária muito ligada ao uso culto da língua e a elaboração sofisticada de poemas, em maior parte refletindo sobre a própria arte, mas nunca a realidade sociocultural que a envolve. Sendo esse um movimento que possui como características principais as referências à arte greco-romana e ao monte Parnaso, cujo nome foi a inspiração.

Sendo este um tipo de apoiador bastante bem-vindo, quando se está à mercê de ataques provindos de veículos conservadores da imprensa. Nessa perspectiva, nota-se a seguinte reflexão na coluna “Cartão de Parabéns”, assinada por Silvio de Almeida, marido de Presciliana:

Esta revista aparece aos olhos, talvez espantados da velha educação burguesa, como um bravo eloquente em favor da emancipação intelectual do eterno e doce feminino. [...] Oxalá vejamos aqui um testemunho valioso da exuberância mental das filhas de Eva, que a grosseria masculina tem querido até hoje reduzir à mera condição de corpos sem alma (*A Mensageira*, 15/10/1897, p. 10).

Além disso, Silvio responde na coluna “Traços Ligeiros”, da segunda edição, à sugestão dada por Artur de Azevedo das colaborações feitas à *Mensageira* serem feitas apenas por mulheres, rejeitando-a. Pois, segundo ele, tornaria a revista menos original e simpática. Contra argumentando também que, na revista de Artur, atuam ambos os sexos conjuntamente. Esse episódio nos leva a questionar se essa seria a opinião de todos os envolvidos no processo de produção ou apenas uma nota evidenciando apenas um ponto de vista. Mas, analisa-se a contraposição nos dois casos envolvendo o colaborador.

A temática do discurso moralizante perpassa todas as edições do periódico, como falado anteriormente. Ele é repleto de avanços, com críticas diretas ao tratamento desigual entre homens e mulheres no mundo, porém também resiste em seu tradicionalismo. Atuante na sociedade brasileira, marcadamente católica, para a qual o casamento é uma parte importante da socialização feminina, assim como a maternidade, temos o “modelo de família burguesa, símbolo de modernidade e de civilização, onde a intimidade e o privado eram valorizados e o universo familiar restringia-se ao marido, esposa e filhos” (DE SOUZA, 2012, p. 3).

Tornar os discursos de emancipação intelectual e o casamento duas faces da mesma moeda foi uma das estratégias encontradas pelas feministas. Afinal, até aquele momento as meninas eram criadas para se tornarem um dia esposas, donas de casa. Um exemplo é a argumentação usada na defesa da educação feminina, feita por Júlia Lopes de Almeida na coluna “Entre Amigas”: “É a bem da própria família, principalmente dela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita” (*A Mensageira*, 15/10/1897, p. 4). E, ao mesmo tempo, temos críticas severas à maneira tradicional como se dava a criação de meninas, deixando-as despreparadas para o mundo moderno que as esperavam.

Desprovidas de experiência, estioladas por uma educação deplorável e fútil, combatidas nas suas fontes nervosas de energia, incapazes de luta, no conflito da existência, é evidente que preferiam a sujeição o servilismo, e a doce placidez da obediência automática à preocupação constante e o trabalho de assíduo de fortalecerem-se para as provas da liberdade e para os combates da vida. Consideradas como seres frágeis e ineptos, sem uma vontade livre para saberem impor-se, pela confusa e contraditória idéia que tem da justiça e do direito, se cumprem os seus deveres, é quase sempre de olhos fechados. Sem razão, por mero instinto. Dai nossa inaptidão, a nossa esterilidade inventiva, a deficiência e atraso da nossa educação estética (*A Mensageira*, 15/02/1899, p.7).

Mais próxima do periodismo presente na imprensa e menos na carreira literária abarcada pela revista, a coluna “Carta do Rio”, escrita por Maria Clara da Cunha Santos, prima de Presciliana e correspondente do Rio de Janeiro, traz o tom de leveza para a revista. Assinada sempre por Maria, a coluna possui um charme particular com seus ares de crônica, contendo descrições de locais por onde ela passou, eventos da alta sociedade carioca, críticas de arte e episódios interessantes da sua vida. Além disso, possui um humor raro entre as temáticas geralmente abordadas nas outras colunas.

Um sábio alemão acaba de prognosticar que o mundo terá fim dia 13 de Novembro próximo futuro. [...] A mim não me abala. Com o gênio comunicativo e alegre que tenho, confesso que não me desagrade este fim trágico e divertido. Todos juntos, que barafunda, Santo Deus! (*A Mensageira*, 15/03/1899, p. 41).

Considerações finais

Como revista literária, a conscientização presente em *A Mensageira* adentra na disputa discursiva do espaço público (FOUCAULT, 1975), permitindo a publicação de mulheres, com o incentivo dado em suas páginas ao ensino formal igualitário, sendo essencial para o encaminhamento das questões femininas nas maiores cidades do Brasil. De forma que, Presciliana, em seu projeto, engrandeceu talentos literários para muito além do papel. Sua capacidade geradora de ampliação das vozes femininas em território brasileiro é grandiosa, diversas mulheres artistas, poetisas e escritoras foram beneficiadas pela revista, numa forma de agir diretamente na realidade social e no espaço público predominantemente masculino.

Com base na História Cultural, compreendemos que estudar a revista como objeto de pesquisa legítimo é uma forma estratégica de analisar o pensamento das pessoas do tempo passado, tão legítimo quanto qualquer outro jornal de grande circulação lembrado pelas páginas de livros escolares de história. As contribuições da revista *A Mensageira*

continuam sendo relevantes para a sociedade de hoje, por isso como mensageira das histórias e pensamentos trazidos por aquelas mulheres, trago seu olhares sobre o mundo – submetidas ao patriarcalismo brasileiro. Sendo esse o ponto que mais temos em comum.

A sobrevivência das memórias desse periódico não somente se deu pelos esforços de Presciliana no tempo em que ainda era publicado, como também após seu falecimento. Pois graças à sua atitude de entregar diversas edições ao Instituto de História e Geografia de São Paulo, facilitando futuros acessos à revista, é possível agora cumprir meu papel de mensageira.

Logo, buscamos com esta análise encontrar os pontos de ruptura trazidos pelos diálogos criados com o público leitor, revisitando diversas edições da revista. Um deles é a maneira como *A Mensageira* se dirige aos avanços observados na emancipação feminina pela educação que, em 1934, garantiria o direito ao voto feminino. Não se pode concluir qual foi a participação direta da revista nessa conquista. Porém, ao abrir o debate e trazer diversas vezes críticas diretas à situação da mulher, *A Mensageira* garantiu sua marca permanente na história da imprensa feminina e da literatura brasileira.

Referências

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. **A Mensageira**: revista literária dedicada à mulher brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

BARBOSA, Marialva. Múltiplas formas de contar uma história. **Alceu**, v. 10, n. 20, p. 25-40 - jan./jun. 2010. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Barbosa.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BARROS, José D'Assunção. Histórica Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125 - 141, 22 jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41422>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; BARBOSA, Marialva. Diálogos do “sexo débil”: significações das cartas de mulheres no jornal A Matutina Meiapontense (1830-1834). **Galáxia**, São Paulo, n. 44, p. 173-187, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/CgV4qkTXPK67TMm9C9cknht/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1-10, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DE LUCA, Leonora. **A Mensageira**: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

DE SOUZA, Cássia Regina da Silva Rodrigues. Periódicos feministas do século XIX: um chamado à resistência feminina. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2012, Rio de Janeiro.



Anais [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANP_UH2012.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Lisboa: Leya, 2014.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. **Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade (s): entrelaços de um legado feminista**. 2015. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2015.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2219>. Acesso em: 18 jun. 2021.

A MENSAGEIRA, São Paulo, n. 1, 15 out. 1897.

A MENSAGEIRA, São Paulo, n. 23, 15 set. 1898.

A MENSAGEIRA, São Paulo, n. 25., 15 fev. 1899.

A MENSAGEIRA, São Paulo, n. 26, 15 mar. 1899.

A MENSAGEIRA, São Paulo, n. 36, 15 jan. 1900.